



**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS
INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS - SITAC**
*Base Territorial: Campinas, Valinhos, Sumaré, Indaiatuba, Jaguariúna,
Paulínia, Monte Mor, Salto e Itu - SP.*

RUA JOSÉ PAULINO, 172 - VL. LÍDIA - CAMPINAS - ESTADO DE SÃO PAULO

CEP: 13026-515 - FONE: (19) 3232-2855 - FAX: (19) 3231-8244

Site: www.alimentacao.org.br

e-mail: sind.alimentacao@terra.com.br

CNPJ-MF 46.070.678/0001-41

INSCR. EST. ISENTA

OFÍCIO-CIRCULAR N.º 049/2007 (14.05)

REF.: CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO DO SETOR DE BEBIDAS

Prezados Senhores:

Comunicamos aos senhores, que a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado de São Paulo e Sindicatos filiados celebraram Convenção Coletiva de Trabalho com o **Sindicato da Indústria de Bebidas em Geral no Estado de São Paulo**, para reajustamento dos salários e novas condições de trabalho, a seguir:

1. Reajuste salarial : Sobre os salários percebidos no mês de março de 2006, aplicar-se-á a partir de 1º de março de 2007, o reajuste salarial único de **4,12%** (quatro inteiros e doze centésimos por cento) para os salários de até **R\$ 2.100,00** (dois mil e cem reais) Para os salários superiores a R\$ 2.100,00 aplicar-se-á parcela única, não cumulativa com o aumento, de **R\$ 86,52** (oitenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), que se incorporará ao salário.

Parágrafo único : Com a aplicação do percentual de **4,12%** dar-se-á por plenamente quitadas, para todos os efeitos legais, as majorações salariais no período de 01/03/06 à 28/02/2007.

2. Admissões após a data-base : Aos empregados admitidos após a data-base (01.03.06) será deferido o aumento concedido ao paradigma, desde que não ultrapasse o menor salário da função.

3. Compensações : As antecipações salariais concedidas, pelas empresas a seus funcionários, no período que compreende março de 2006 a fevereiro de 2007, serão compensadas. Não serão compensados os aumentos decorrentes de promoção, transferência, equiparação salarial, aquisição de maioridade, término de aprendizagem e de mérito.

4. Salário Normativo : Fica assegurado, a partir de **01/03/2007** um salário normativo de **R\$ 680,95** (seiscentos e oitenta reais e noventa e cinco centavos) mensais, excluídos os menores aprendizes na forma da lei.

5. Programa de Participação Lucros e Resultados : As empresas pagarão a todos seus empregados a importância de **R\$ 500,00** (quinhentos reais), em duas parcelas de **R\$ 250,00** (duzentos e cinquenta reais) cada, devendo a primeira ocorrer até o 5º dia útil do mês de julho/2007 e a segunda até o 5º dia útil do mês de dezembro de 2007.

- Estão isentas deste pagamento as empresas que já implantaram, antes de 1º de março de 2007, o Programa de Participação nos Lucros/Resultados com seus empregados e a respectiva entidade sindical profissional.

6. Salário Substituição ou Promoção : Garantia ao empregado admitido no lugar de outro, ou do empregado promovido, de igual salário ao do empregado de menor salário na mesma função, sem considerar vantagens pessoais.

7. Aprendiz : Os aprendizes terão garantido o salário correspondente a, pelo menos, 70% (setenta por cento) do salário mínimo na primeira etapa do curso, e 100% (cem por cento) na segunda etapa.

8. Comprovantes de Pagamento : Fornecimento de comprovantes de pagamento contendo a identificação da empresa e discriminadamente, a natureza e o valor das importâncias pagas, inclusive horas extras, adicional noturno, repouso etc. descontos efetuados, e o montante do depósito feito em conta do FGTS.

9. Adicional Noturno : As horas prestadas no período das 22 às 05 horas serão acrescidas em 25% (vinte e cinco por cento) a título de adicional noturno.



**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS
INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS - SITAC**
*Base Territorial: Campinas, Valinhos, Sumaré, Indaiatuba, Jaguariúna,
Paulínia, Monte Mor, Salto e Itu - SP.*

RUA JOSÉ PAULINO, 172 - VL. LÍDIA - CAMPINAS - ESTADO DE SÃO PAULO

CEP: 13026-515 - FONE: (19) 3232-2855 - FAX: (19) 3231-8244

Site: www.alimentacao.org.br

e-mail: sind.alimentacao@terra.com.br

CNPJ-MF 46.070.678/0001-41

INSCR. EST. ISENTA

10. Uniformes gratuitos: Fornecimento gratuito de uniformes, fardamentos, macacões, aventais, gorros e demais peças de vestimenta aos trabalhadores que prestam serviços nos setores de produção e segurança.

11. Serviço Militar: Garantia de emprego ou salário ao empregado em idade de prestação do serviço militar ou Tiro de Guerra, desde o alistamento, até a incorporação e nos 30 dias após o desligamento da unidade em que serviu, exceto nos casos de contrato por prazo determinado, inclusive de experiência, pedido de demissão, transação e rescisão por justa causa.

12. Gestantes: Garantia de emprego ou salário às empregadas gestantes até 120 dias após o término do afastamento compulsório, exceto nos casos de contrato por prazo determinado, inclusive de experiência, pedido de demissão, transação e rescisão por justa causa.

13. Acidente do trabalho: Ao empregado afastado do serviço por acidente do trabalho ou moléstia profissional, percebendo o respectivo benefício previdenciário, será garantido o emprego na forma da lei nº 8.213, de 1991.

§ 1º - Será garantido também o emprego ou salário ao trabalhador afastado por doença, enfermidade ou em convalescença, por período igual ao do afastamento limitado ao máximo de 150 dias.

§ 2º - Ficam excluídos os casos de contrato por prazo determinado, inclusive de experiência, rescisão por justa causa, acordo entre as partes e pedido de demissão.

14. Atestados médicos-odontológicos: Aceitação compulsória pelas empresas que não mantenham serviço médico e odontológico, próprio ou através de convênio, de atestados médico-odontológicos, expedidos pelo ambulatório do Sindicato dos Empregados, para justificação de ausências ao serviço.

15. Atuação sindical e afastamento de dirigentes: A empresa aceitará o afastamento de 01 (um) dirigente sindical com o pagamento dos salários como se trabalhando estivesse, desde que solicitado expressamente pelo sindicato dos trabalhadores. O afastamento remunerado será limitado ao período de todo o mandato sindical, ficando assegurado, no caso de dois ou mais dirigentes, que o afastamento se dê pôr pelo menos um ano, por empregado, ficando a critério do Sindicato Profissional.

16. Integração de horas extras: Integração das horas extras, calculadas pela média das mesmas, no valor da remuneração para efeito de pagamento de férias, 13º salário, repousos remunerados, aviso-prévio, depósitos do FGTS e contribuições previdenciárias.

17. horas extras: Fica estabelecido o adicional de 80% para as horas extras.

Parágrafo único: As horas extras trabalhadas após o fechamento da folha de pagamento do mês, serão remuneradas no mês seguinte com base no respectivo salário.

18. Abono aos Estudantes: Abono das horas necessárias ao empregado estudante, para a prestação de exames escolares, quando coincidentes com o horário de trabalho desde que pré-avisada a empresa.

19. Mensalidades associativas: Desconto pelas empresas, em folha de pagamento, das mensalidades associativas fixadas, pela Assembléia Geral dos empregados, mediante comunicação expressa do sindicato, dispensadas outras formalidades, cabendo às empresas proceder o recolhimento do total descontado em favor do sindicato.

20. Carta-Aviso: Nas hipóteses de rescisão unilateral do contrato de trabalho por justa causa, as empresas fornecerão carta-aviso contendo a respectiva tipificação legal, sob pena de gerar presunção de despedimento imotivado.

21. Empregados em vias de aposentadoria: Aos empregados que possuam um mínimo de 5 (cinco) anos de trabalho ininterruptos na empresa, e aqueles que concomitante e comprovadamente, falte um máximo de 30 meses para a aquisição do direito à aposentadoria em seus limites mínimos, será garantido emprego ou salário durante o período que faltar para aposentar-se, até o prazo máximo correspondente àqueles 30 meses.



**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS
INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS - SITAC**
*Base Territorial: Campinas, Valinhos, Sumaré, Indaiatuba, Jaguariúna,
Paulínia, Monte Mor, Salto e Itu - SP.*

RUA JOSÉ PAULINO, 172 - VL. LÍDIA - CAMPINAS - ESTADO DE SÃO PAULO

CEP: 13026-515 - FONE: (19) 3232-2855 - FAX: (19) 3231-8244

Site: www.alimentacao.org.br

e-mail: sind.alimentacao@terra.com.br

CNPJ-MF 46.070.678/0001-41

INSCR. EST. ISENTA

22. Aposentados : Para os empregados que se aposentarem na vigência da presente Convenção e que contem com um mínimo de 05 (cinco) anos na empresa por ocasião da aposentadoria, fica garantida uma gratificação correspondente a 03 (três) salários normativos desde que não continuem em atividades na empresa.

23. Verbas Rescisórias: Fixação do prazo de 10 (dez) dias, após o desligamento, para a quitação das verbas rescisórias e demais títulos devidos sob a pena de pagamento de multa correspondente a uma diária de atraso, limitada a 100% (cem por cento) do crédito original atualizado, ressalvada a hipótese de o atraso decorrer de motivo de força maior ou caso fortuito, e de 01 (um) dia nos casos de aviso-prévio trabalhado.

§ único : No ato da dispensa ou pedido de demissão, o empregado será avisado por escrito, do local dia e hora em que se dará o pagamento das verbas rescisórias.

24. Férias: As férias serão iniciadas no primeiro dia útil da semana ressalvado acordo entre empregado e empregador, comunicada a entidade sindical no prazo de 10 (dez) dias úteis pela empresa. Não integrarão as férias os dias de Natal e Ano Novo, quando não coincidentes com Sábado ou Domingo. Os dias úteis compensados antecipadamente não serão computados no período das férias individuais ou coletivas.

25. Adicional para o trabalho prestado em dias de repouso: As horas trabalhadas em dias de domingos, em feriados, ou em dias de repouso semanal, serão remuneradas com acréscimo de 100% (cem por cento), independentemente de remuneração de repouso adquirido.

26. Auxílio Funeral: As empresas pagarão, pela morte de seus empregados um auxílio-funeral equivalente a 4 (quatro) salários normativos a seus dependentes.

Ficam dispensados da obrigação prevista nesta cláusula as empresas que mantiverem seguro de vida em grupo para seus empregados e, cumulativamente, respondam pelo pagamento integral do respectivo prêmio.

27. Ausências Justificadas: O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário por :

- a) 5 (cinco) dias em caso de nascimento de filho(a)
- b) 3 (três) dias consecutivos em caso de falecimento de cônjuge ou companheiro(a), filhos, pai ou mãe, irmãos e companheiro(a), este(a) último(a) desde que devidamente cadastrado(a) junto ao INSS;
- c) 3 (três) dias úteis, para casamento;
- d) 1 (um) dia, em caso de falecimento de sogro(a);
- e) 1 (um) dia em caso de internação hospitalar do cônjuge, filho(a), ou companheiro(a) este(a) último(a), desde que devidamente cadastrado(a) junto ao INSS;
- f) 1 (um) dia por semestre para doação de sangue;
- g) 1 (um) dia para os menores quando necessitarem comparecer ao serviço de alistamento militar.

28. Mora salarial : O atraso no pagamento dos salários e do 13º salário importará em multa diária de 20% (vinte por cento) do débito original corrigido.

29. Pagamento através de bancos : Sempre que os salários forem pagos através de bancos, será assegurado ao trabalhador intervalo remunerado durante a sua jornada para permitir-lhes o recebimento, o qual não poderá corresponder ao intervalo para descanso e refeição. O trabalhador terá, também, tempo livre remunerado suficiente para o recebimento do PIS, benefícios previdenciários e levantamento do FGTS.

30. Comunicação de acidente do trabalho (CAT) : Obrigam-se as empresas a fornecer a seus empregados, de imediato, devidamente preenchidas e assinadas, as guias de acidente do trabalho (CAT) mantendo formulários próprios nos locais de trabalho e pessoa responsável para assiná-la.

31. Lanche : As empresas fornecerão, gratuitamente, lanches aos empregados quando excederem duas horas extras por jornada.



**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS
INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS - SITAC**
*Base Territorial: Campinas, Valinhos, Sumaré, Indaiatuba, Jaguariúna,
Paulínia, Monte Mor, Salto e Itu - SP.*

RUA JOSÉ PAULINO, 172 - VL. LÍDIA - CAMPINAS - ESTADO DE SÃO PAULO

CEP: 13026-515 - FONE: (19) 3232-2855 - FAX: (19) 3231-8244

Site: www.alimentacao.org.br

e-mail: sind.alimentacao@terra.com.br

CNPJ-MF 46.070.678/0001-41

INSCR. EST. ISENTA

32. Fornecimento de desjejum : Para os trabalhadores que iniciam suas jornadas até as 09:00 horas, as empresas fornecerão desjejum constituído de café com leite, pão e manteiga ou similar antes do início da jornada. O preço será subsidiado pela empresa em sua quase totalidade, cabendo ao empregado valor meramente simbólico. Este benefício não terá natureza salarial para os fins de direito.

33. Locais para amamentação : Às empregadas será assegurado, quando do aleitamento de seus filhos até 01 (um) ano de idade, intervalo remunerado, não compensável, de 01 (uma) hora diária para esse fim, respeitado o disposto no art. 396 da C.L.T. Ficam dispensadas desta obrigação as empresas que mantiverem creches ou locais apropriados em seus estabelecimentos.

34. Convênio médico : Deverão as empresas manter convênios médicos, ou clínicas, para atendimento do trabalhador e seus dependentes.

35. Ambulâncias : As empresas deverão manter nos locais de trabalho, ambulâncias ou outro veículo para atendimento urgente do trabalhador ou serviço local de pronto socorro.

36. Quadro de Avisos : Admissão em locais de trabalho, em situação de fácil acesso aos trabalhadores, de quadros de avisos do sindicato, ou espaço reservado para colocação de comunicados e material de interesse da categoria.

37. Desconto da Contribuição Negocial (Assistencial) : As empresas descontarão dos salários de todos os empregados, associados ou não, abrangidos por esta Convenção, e dos trabalhadores inorganizados em sindicatos em favor da Federação, contribuição assistencial de 5% (cinco por cento) sobre os salários já reajustados do mês de março de 2007, limitado o desconto a R\$ 51,67 (cinquenta e um reais e sessenta e sete centavos) e 5% (cinco por cento) sobre os salários de competência de setembro de 2007 limitado o desconto a R\$ 51,67 (cinquenta e um reais e sessenta e sete centavos).

Os montantes arrecadados a título de contribuição negocial (assistencial) deverão ser recolhidos em favor das respectivas entidades sindicais dos trabalhadores, em conta vinculada, guias próprias a serem fornecidas pelos beneficiários, nos prazos de, respectivamente, 30 de junho de 2007 e 10 de outubro de 2007.

Parágrafo único : - Com relação aos **STI Alimentação de Franca e STI Alimentação de Tupã**, ficou aprovada através de Assembleia Geral Extraordinária, a não efetuação do desconto da Contribuição Assistencial e sim o desconto da Contribuição Confederativa, no valor de **1% (um por cento)** ao mês, descontado em folha de pagamento de todos os trabalhadores, associados ou não, com recolhimento no 5º dia útil do mês seguinte ao desconto.

Ao STI Alimentação de Mogi-Mirim, fica instituída a contribuição assistencial, a ser descontada dos salários de todos os empregados, sócios e não sócios do SINDICATO, pelo percentual de **1% (um por cento)** ao mês sem limite de incidência, durante a vigência deste instrumento coletivo, repassando o valor arrecadado ao SINDICATO no prazo máximo de 5 (cinco) dias após os descontos. Tudo em conformidade com a decisão do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – “Contribuição Assistencial. A Turma entendeu que é legítima a cobrança de contribuição assistencial imposta aos empregados indistintamente em favor do sindicato, prevista em convenção coletiva de trabalho, estando os não sindicalizados compelidos a satisfazer a mencionada contribuição”. (STF, 2ª Turma, rel. Ministro Marco Aurélio, RE 189.960-SP, julgado em 07.10.00, publicado no DOU em 10.08.01 – Recorrente Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo e Recorrida – Marta Domingues Fernandes) (In, Supremo Tribunal Federal, informativo STF, Brasília, 13 a 17 de novembro de 2000, nº 210).

Ao STI Alimentação de Guarulhos, ficou aprovada através de Assembleia Geral Extraordinária, a não efetuação do desconto da Contribuição Assistencial e sim o desconto da Contribuição Confederativa, no valor de **2% (dois por cento)** ao mês, descontado em folha de pagamento de todos os trabalhadores, associados ou não, com recolhimento no 5º dia útil do mês seguinte ao desconto.



**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS
INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS - SITAC**
*Base Territorial: Campinas, Valinhos, Sumaré, Indaiatuba, Jaguariúna,
Paulínia, Monte Mor, Salto e Itu - SP.*

RUA JOSÉ PAULINO, 172 - VL. LÍDIA - CAMPINAS - ESTADO DE SÃO PAULO

CEP: 13026-515 - FONE: (19) 3232-2855 - FAX: (19) 3231-8244

Site: www.alimentacao.org.br

e-mail: sind.alimentacao@terra.com.br

CNPJ-MF 46.070.678/0001-41

INSCR. EST. ISENTA

Ao STI Alimentação de Sorocaba, ficou aprovada através de Assembléia Geral que o desconto da Contribuição Negocial (assistencial) será de **3%** (três por cento) dos salários já reajustados para os trabalhadores associados e de **5%** (cinco por cento) dos salários já reajustados para os trabalhadores não associados nos meses de Março de 2006 e Setembro de 2006 respectivamente.

Ao STI Alimentação de Porto Feliz, ficou aprovada através de Assembléia Geral Extraordinária, a não efetuação do desconto da Contribuição Assistencial e sim o desconto da Contribuição Confederativa, no valor de **1,5% (um e meio por cento)** ao mês, descontado em folha de pagamento de todos os trabalhadores, associados ou não, com recolhimento no 5º dia útil do mês seguinte ao desconto.

38. Escala de folgas : Obrigatoriedade das empresas afixarem nos locais de trabalho com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, escala mensal de folgas sempre que funcionarem em domingos e feriados.

39. Adiantamento : Obrigam-se as empresas ao fornecimento de adiantamento salarial de 40% (quarenta por cento) do valor da remuneração mensal, incluídos aí os valores correspondentes a adiantamentos decorrentes de convênios de benefício a ser efetuada quinze dias após o pagamento mensal do salário, ressalvadas as situações anteriores, mais benéficas aos trabalhadores, que serão mantidas.

40. Registro : Anotação nas carteiras profissionais da função efetiva exercida pelo empregado.

41. Contratos de experiência : Os contratos de experiência terão prazo de 60 (sessenta) dias, incluída eventual prorrogação.

§ único : Os empregados readmitidos para a mesma função, em até 180 dias após o desligamento, não serão submetidos à experiência.

42. Declaração de salários e contribuições : Fornecimento pelas empresas, no ato da homologação contratual, quando solicitado pelo empregado, de atestado de afastamento e salários e declaração de atividades insalubres, perigosas e penosas, para fins previdenciários.

43. Gratificação aos não optantes : Os empregados não optantes, quando rescindidos seus contratos, qualquer que seja a razão determinante, receberão, a título de gratificação, o valor da indenização de antiguidade a que teriam direito se dispensados sem justa causa.

44. Condições de trabalho : Serão assegurados aos trabalhadores :

- a) água potável;
- b) sanitários separados para homens e mulheres em condições de higiene;
- c) armários individuais;
- d) chuveiros com água quente;
- e) ventilação natural no setor de produção, exceto nas adegas na indústria do vinho.

45. Relação de contribuintes (Contribuição sindical) : Remessa ao sindicato, pelas empresas, até final do mês de julho de 2007 de relação nominal dos empregados que tenham sofrido o desconto da contribuição sindical, contendo o valor mensal da remuneração e o valor unitário da contribuição.

46. Intervalo entre jornadas : Garantia de intervalo mínimo de 11 (onze) horas consecutivas entre 2 (duas) jornadas de trabalho.

47. Higiene pessoal : As empresas dotarão os banheiros e sanitários de produtos adequados à higiene pessoal, os quais serão fornecidos gratuitamente. Aquelas que utilizarem-se de mão-de-obra feminina, manterão nas caixas de primeiros socorros absorventes higiênicos.

48. Cópia da Rais : Remessa, pelas empresas, à entidade representativa dos trabalhadores, de cópia da RAIS.

49. Ação de cumprimento : Todas as cláusulas do acordo ou sentença normativa poderão ser executadas através de ação de cumprimento perante a Justiça do Trabalho pelos suscitantes, mesmo em favor dos trabalhadores não sindicalizados.



**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS
INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS - SITAC**
*Base Territorial: Campinas, Valinhos, Sumaré, Indaiatuba, Jaguariúna,
Paulínia, Monte Mor, Salto e Itu - SP.*

RUA JOSÉ PAULINO, 172 - VL. LÍDIA - CAMPINAS - ESTADO DE SÃO PAULO

CEP: 13026-515 - FONE: (19) 3232-2855 - FAX: (19) 3231-8244

Site: www.alimentacao.org.br

e-mail: sind.alimentacao@terra.com.br

CNPJ-MF 46.070.678/0001-41

INSCR. EST. ISENTA

50. Aviso Prévio: Concessão aos empregados demitidos sem justa causa, além do prazo legal de aviso prévio, de 01 (um) dia por ano de serviço prestado à empresa.

Parágrafo único: Os empregados demitidos sem justa causa, que contem com um mínimo de 05 anos na empresa e que tenham mais de 45 anos de idade, deverão ser pré-avisados do despedimento com 45 dias de antecedência, nos quais se incluem o aviso prévio legal, excluída a vantagem do caput da presente cláusula, prevalecendo o que for mais benéfico ao empregado.

51. Serviço de enfermagem : As empresas manterão serviço de enfermagem nos locais de trabalho sempre que se tratar de unidade de produção.

52. Adiantamento do 13º salário : Pagamento pelas empresas, de 50% do valor do 13º salário, quando do pagamento das férias, se solicitado pelo empregado.

53. Mão de obra de terceiros : Na execução dos seus serviços diretamente ligados à produção, a empresa poderá valer-se apenas de trabalhadores por ela contratados, sob o regime da C.L.T.

54. Treinamento : As empresas treinarão os empregados novos para fins de prevenção contra acidentes e uso de equipamentos de proteção. O treinamento dar-se-á durante a jornada normal de trabalho a cargo de pessoal habilitado.

55. Complementação de benefícios previdenciário e acidentário : As empresas garantirão aos empregados em gozo de benefício previdenciário, oriundo de acidente do trabalho, moléstia profissional ou auxílio doença, o mesmo ganho que se na ativa estivesse, deduzindo o que percebem da Previdência Social. Essa garantia será assegurada por 105 (cento e cinco) dias incluindo-se aí os 15 (quinze) primeiros de afastamento.

§ 1º : A garantia acima aplica-se aos empregados que ainda estejam no período de carência previdenciária, aos quais serão garantidos então os salários integrais, pelos mesmos prazos.

§ 2º : As empresas que mantém convênio com o INSS efetuarão o pagamento de forma antecipada ao trabalhador, compensado futuramente.

§ 3º : Quando se tratar de trabalhador aposentado e estiver trabalhando, será completada a diferença entre o valor do seu salário na empresa e o valor recebido do INSS.

56. Adotantes : Às empresas concederão licença remunerada às empregadas que adotarem ou obtiverem guarda judicial para fins de adoção de criança, nos termos do art. 392 e 392-A da CLT, conforme critérios legais a seguir :

No caso de adoção ou guarda judicial de criança até 1 (um) ano de idade, o período de licença será de 120 (cento e vinte) dias. No caso de adoção ou guarda judicial de criança a partir de 1 (um) ano até 4 (quatro) anos de idade, o período de licença será de 60 (sessenta) dias. No caso de adoção ou guarda judicial de criança a partir de 4 (quatro) anos até 8 (oito) anos de idade, o período de licença será de 30 (trinta) dias. A licença-maternidade só será concedida mediante apresentação do termo judicial de guarda à adotante ou guardiã.

57. Filhos excepcionais : As empresas pagarão aos pais de filhos excepcionais, situação que deverá ser devidamente comprovada através de atestado médico idôneo, abono mensal equivalente a 10% do salário normativo, pôr filho nessas condições.

58. Eleições da cipa : As empresas convocarão eleições para as CIPAs, de conformidade com o disposto na Portaria nº 3214/78, com 45 dias de antecedência da data de sua realização, dando publicidade ao ato e enviando, imediatamente, cópia ao sindicato dos trabalhadores, indicando, ainda, o período de inscrição.

§ 1º - Ao candidato inscrito será fornecido comprovante de sua inscrição.

§ 2º - No prazo máximo de 15 (quinze) dias da realização das eleições, o sindicato deverá receber comunicado por escrito do resultado, indicando os membros eleitos, titulares e suplentes.

§ 3º - Será facultado ao sindicato dos trabalhadores, por seus diretores em número máximo de dois, acompanhar a votação e respectivo escrutínio no dia da realização.



**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS
INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS - SITAC**
*Base Territorial: Campinas, Valinhos, Sumaré, Indaiatuba, Jaguariúna,
Paulínia, Monte Mor, Salto e Itu - SP.*

RUA JOSÉ PAULINO, 172 - VL. LÍDIA - CAMPINAS - ESTADO DE SÃO PAULO

CEP: 13026-515 - FONE: (19) 3232-2855 - FAX: (19) 3231-8244

Site: www.alimentacao.org.br

e-mail: sind.alimentacao@terra.com.br

CNPJ-MF 46.070.678/0001-41

INSCR. EST. ISENTA

59. Banca de sindicalização : As empresas permitirão que o sindicato instale em local por elas indicado, uma banca de sindicalização que ficará a cargo de um diretor eleito da entidade, sempre fora do expediente.

§ único : As bancas funcionarão por um dia no decorrer dos meses de janeiro, julho e setembro, respectivamente, cabendo ao sindicato notificar a empresa com 60 dias de antecedência, que por sua vez deverá confirmar a data de funcionamento da banca com antecedência de 30 dias.

60. Reembolso-Creche : Durante a vigência da presente Convenção Coletiva as empresas reembolsarão as empregadas mães, a importância de até **R\$ 45,00** (quarenta e cinco reais), devidamente comprovadas, com o internamento de seus filhos, até a idade de 2 anos em creche ou instituição análoga de sua escolha.

§ 1º : As partes convencionam que a concessão desta vantagem atende ao disposto nos §§ 1º e 2º do art. 389 da CLT, da Portaria nº 1/69 do DNSHT e Portaria MTb 3269/86.

§ 2º : Ficam ressalvadas desta obrigação, as empresas que mantiverem situações mais benéficas e a sua respectiva forma de concessão, seja através de fundação assistencial ou instituto de previdência privada, conforme instruções daquelas.

§ 3º : Este benefício não terá natureza salarial, para os fins de direito.

61. Auxílio Material Escolar : As empresas arcarão com até a importância de **R\$ 37,00** (trinta e sete reais), ou fornecimento de um kit material escolar equivalente a este valor, a ser pago no mês de fevereiro de 2008, por dependente que esteja cursando, comprovadamente, o primeiro grau, a título de auxílio material escolar, mediante a apresentação de comprovantes da aquisição.

§ 1º : Na hipótese das empresas manterem convênio com papelarias, será abatido da despesa total dos empregados, o valor estabelecido a título de material escolar, na época definida pelo "caput" da cláusula;

§ 2º : Serão considerados dependentes, os filhos de empregados ou menores designados em CTPS, pelo INSS;

§ 3º : Ficam ressalvadas desta obrigação, as empresas que mantiverem situações mais benéficas e a sua respectiva forma de concessão, seja através de fundação assistencial ou instituto de previdência privada, conforme instruções internas daquelas;

§ 4º : Este direito não terá natureza salarial, para os fins de direito.

62. Equipamentos individuais de proteção : Os empregadores fornecerão, gratuitamente, aos empregados, os equipamentos e meios de proteção individual quando necessários à execução dos serviços, tais como luvas, botas, óculos e roupas de trabalho.

63. Cesta básica : Fornecimento gratuito de cesta básica a todos os empregados, mensalmente, contendo produtos de primeira qualidade :

- 2 latas de sardinha; - 10 kg de arroz; - 2 Kg de feijão; - 3 latas de óleo; - 3 Kg de açúcar cristal; - 1 Kg de sal; - 3 pacotes de macarrão; - 1 Kg de café torrado; - 1 Kg de farinha de trigo; - 1 pacote de biscoito; - 1 pacote de farinha de milho; - 1 pote de extrato de tomate.

§ único : As empresas que já fornecem benefício aos seus funcionários, através de instrumento próprio e firmados com os respectivos sindicatos, estão dispensadas do cumprimento desta obrigação.

64. Seguro de vida : As empresas oferecerão a seus empregados a oportunidade de participar de seguro de vida em grupo, mediante a participação de ambas as partes.

65. Igualdade salarial e de oportunidade : Não haverá desigualdade de remuneração, promoção, ou condições de trabalho por motivo de sexo, raça, religião ou convicções político-partidária.

66. Estágio : As empresas aproveitarão, em seus quadros, sempre que possível e de acordo com o seu processo seletivo, empregados estudantes em cursos técnicos ou superiores, nas áreas de sua especialização.



**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS
INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS - SITAC**
*Base Territorial: Campinas, Valinhos, Sumaré, Indaiatuba, Jaguariúna,
Paulínia, Monte Mor, Salto e Itu - SP.*

RUA JOSÉ PAULINO, 172 - VL. LÍDIA - CAMPINAS - ESTADO DE SÃO PAULO

CEP: 13026-515 - FONE: (19) 3232-2855 - FAX: (19) 3231-8244

Site: www.alimentacao.org.br

e-mail: sind.alimentacao@terra.com.br

CNPJ-MF 46.070.678/0001-41

INSCR. EST. ISENTA

67. Interrupção de trabalho : Eventuais interrupções do trabalho, por culpa da empresa, ou decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, não poderão ser descontados ou compensados posteriormente dos salários.

68. Juízo competente : Será competente a Justiça do Trabalho para dirimir quaisquer divergências surgidas na aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho de conformidade com o disposto no artigo 625 da CLT.

69. Abrangência : A presente Convenção Coletiva abrange todos os trabalhadores representados pelas entidades suscitantes.

70. Multa : Multa de 10% sobre o salário normativo, por empregado, em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas da presente Convenção, com exceção daquelas que contenham em seu bojo sanções específicas, multa esta que reverterá em benefício da parte prejudicada, observado o limite de 05 salários normativos por infração.

71. Abono excepcional : As empresas concederão Abono, excepcionalmente, em 2007, de R\$ 300,00 (trezentos reais), a ser pago em duas parcelas, a primeira de R\$ 200,00 (duzentos reais) junto ao salário de competência Maio de 2007, e R\$ 100,00 (cem reais) junto ao salário de competência Agosto de 2007, **somente aos empregados que percebam até R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais).** Este abono não possui natureza salarial, portanto não se incorporará ao salário.

72. Prorrogação, revisão, denúncia ou revogação : O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação, total ou parcial desta Convenção Coletiva de Trabalho, ficará subordinada as normas estabelecidas pelo artigo 615 da CLT.

73. Duração e Vigência : Duração de 12 meses, com início de vigência em 01.03.2007 e término em 28.02.2008.

Sendo só o que nos apresenta para o momento, despedimo-nos

Atenciosamente

MELQUÍADES DE ARAÚJO
Presidente